

O 68 dos estudantes: a invenção de um ano que teimava em não terminar

The Students' '68: The Invention of a Year That Refused to End

Idelmar Gomes Cavalcante Júnior

Universidade Estadual do Piauí – Uespi. idelmargomes@phb.uespi.br

Resumo: O artigo se propõe a identificar as estratégias que inscreveram nas manifestações dos estudantes de 1968 uma espécie de medida final para o movimento estudantil das décadas posteriores. Por que aquele ano demorou tanto para terminar? O que garantia a vitalidade do “modelo” de ME desenvolvido nesse ano? Estas questões estão na base da problematização deste texto. Trata-se de uma contra-história do movimento estudantil de 68 que quer duvidar da prática discursiva que fez emergir um tempo infinito e desorganizá-la. Estilhaçar o mito para encontrar em seus fragmentos o que não aparece sob a capa da memória oficial que se estabeleceu sobre 68, para entender porque e como ele, afinal, acabou aprisionando a alteridade de movimentos juvenis subsequentes e condenando-os a vagar por um salão de espelhos, com uma visão hipnótica de um eu forçado a sempre ser o mesmo ao longo do tempo.

Palavras-chave: 1968, Movimento Estudantil, Memória, Discursos.

Abstract: This article aims to identify the strategies that embedded a sort of ultimate benchmark for the student movements of subsequent decades within the student protests of 1968. Why did that year take so long to end? What sustained the vitality of the student movement “model” developed that year? These questions lie at the heart of this text’s inquiry. It offers a counter-history of the 1968 student movement, seeking to challenge—and dismantle—the discursive practice that gave rise to a sense of infinite time. The goal is to shatter the myth and discover, within its fragments, what remains hidden beneath the official memory of ‘68; to understand how and why it ultimately imprisoned the alterity of subsequent youth movements, condemning them to wander a hall of mirrors, held by the hypnotic vision of a self forced to remain forever the same across time.

Keywords: 1968, Student Movement, Memory, Discourses.

Já faz algum tempo que 1968 não remete mais apenas a um numeral indicador de uma certa quantidade de anos do século XX, situando no calendário o penúltimo ano da década de 1960. Quando pronunciada, esta expressão nos traz à mente tantos significados que talvez ela seja, radicalizando o que a gramática chama de derivação imprópria, melhor classificada como substantivo ou, até mesmo, como adjetivo, associada a termos como *revolta*, *subversão* e *subversivo*. Nesse caso, a classe gramatical da palavra só poderia ser determinada pelo contexto e pelas intenções daquele que fala. Um artigo de Istoé do dia dezesseis de novembro de 2005, por exemplo, no qual a revista discorre sobre distúrbios que jovens excluídos da periferia parisiense protagonizaram em represália à morte de dois adolescentes, atribuída à polícia local, atesta isso. O seu título transforma, claramente, 68 num substantivo com direito a toda carga simbólica que é peculiar a este tipo de palavra: “O 68 da periferia” (ISTOÉ, 2005, nº 1883: 100).

Essas operações que confirmaram 1968 como um importante dispositivo discursivo durante cerca de quatro décadas, só se tornaram possíveis graças a um investimento lingüístico que, afrontando a explicitude do calendário, significou 1968 como um ano que jamais terminou (VENTURA, 1988). Esta implicação o manteve vivo, pulsante, potencial representativo ao qual se recorria toda vez que se fala na rebeldia juvenil dos anos sessenta e, mais especificamente, no movimento estudantil. Este último se tornaria o fenômeno mais visível naquele penúltimo ano da década de sessenta, em parte devido à efetiva presença de legiões juvenis nas ruas das grandes cidades brasileiras, mas também como resultado de um investimento discursivo que capturaria os acontecimentos daquela época e os alojaria na história do Brasil como uma espécie de ícone perpétuo. Espelho poderoso em cujo reflexo as sucessivas gerações de estudantes deveriam se reconhecer.

E assim constituído, o 1968 enquanto narrativa, acaba se confundido com o real, como se tivesse uma existência própria, independente da linguagem que a constituiu. Torna-se um passado que já se permite ver em sua vibrante maturidade, sem insinuações sobre a sua infância ou a desengonçada puberdade, na qual se encontrariam alojadas as infinitas possibilidades de vir-a-ser da época. Nesta perspectiva, as palavras apenas, “inofensivamente”, se esforçariam para descrever este passado, a sua verdade essencial. Mas sendo o campo da linguagem o espaço onde a História encontra o seu desenlace, as palavras jamais seriam inofensivos instrumentos descritivos, elas são dispositivos que cortam, mutilam, sangram, fraturam e suturam o real para criar realidades devidamente organizadas pela racionalidade que as fizeram emergir e estão saturadas de intenções.

Em razão disso – o que vou procurar explicar melhor em outra parte desse texto – para a compreensão de eventos como os protagonizados pelos caras-pintadas, em 1992, primeiro se faz necessário acionar, em meio ao repertório interpretativo disponível, o conjunto de discursos e imagens herdados das manifestações de 1968, para só em seguida tentar particularizá-los, demarcando sua posição diante de um “outro” distante que acaba, desta maneira, atribuindo-lhes sentido. Essas manifestações podem ser consideradas grandes ou pequenas, violentas ou pacíficas; mas de qualquer maneira elas sempre o são em virtude das comparações feitas, mesmo que inconscientemente, entre elas e as de 1968, que sempre encontraram meios para se fixarem em nosso imaginário, mesmo que tenhamos nascido anos depois delas ocorrerem.

Esta fixação contraria as impressões de alguns militantes estudantis da época, como Jean Marc e Inês Etienne. Enquanto o primeiro avalia que o “AI-5 decretou a morte simbólica do Movimento Estudantil” (MARC, 1999: 104), a ex-militante acredita que o movimento es-

tudantil anterior ao AI-5 ficou tão destruído após o endurecimento do regime que não sobrara nem mesmo as suas cinzas (HOLLANDA, 1989: 81).

De fato, o período em que vigora o AI-5 foi difícil para a juventude que sentia necessidade de manifestar o seu inconformismo contra a falta de liberdade observada no país, ele afinal suspendia todas as garantias individuais, o *habeas-corpus* e praticamente institucionalizou a tortura e a eliminação física dos adversários do regime. O AI-5, enfim, “só não tirava o direito de pensar porque era impossível penetrar na cabeça das pessoas”, como lembra ironicamente Tavares (1999: 100).

No entanto, muitos protagonistas de 1968 procuraram continuar na luta buscando formas de resistência compatíveis com a adversidade do momento e acabaram descobrindo na memória uma das mais eficazes táticas para tal desafio, afinal, como lembra Tavares, a “cabeça” ainda estaria livre, apesar da violenta realidade imposta pelo AI-5. As memórias dos militantes, portanto, foram se conectando àquilo que Certeau (1994: 163) entende ser a “expectativa de que vai se produzir ou de que deve se produzir algo de estranho ao presente. Longe de ser o relicário ou a lata de lixo do passado, a memória vive de *crer* nos possíveis, e de esperá-los, vigilante, à espreita”.

O silêncio, portanto, acabou se tornando a única forma viável e duradoura de resistência aos discursos que, contando com a cumplicidade da sociedade civil brasileira, acabou gerando slogans que acirraram ainda mais a marginalização dos adversários do regime: “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Ninguém segura este país”, “Pra frente Brasil”...

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989: 5).

Assim, recolhidos em seu isolamento e silenciados pela violenta repressão imposta, de um lado, por um Estado aparelhado por militares e civis reacionários, e do outro, pelas próprias organizações de esquerda que exigiam dos corpos-militantes um inabalável comprometimento com a causa, os militantes de 68, que não foram para a luta armada, não “desbundaram” ou que não se integraram ao sistema, continuaram resistindo através de suas memórias subterrâneas, uma dimensão onde afinal, os símbolos da rebeldia estudantil da época puderam circular livremente, esperando por um momento oportuno quando pudessem retornar à superfície dos espaços públicos e confrontar a memória oficial. E além de uma nova forma de resistência que se colocava para aquela geração, já tão acostumada às grandes manifestações de rua, a memória subterrânea seria também um meio através do qual o próprio corpo-militante encontraria razão para existir.

E até encontrar uma possibilidade de escuta ampliada, essa memória deveria ser mantida intacta, o que exigia dos militantes a captura, no passado, daquilo que fosse considerado belo no movimento estudantil, construído a partir da abnegação, da coragem e da força que os estudantes demonstraram nas jornadas de 1968; e a ocultação de lembranças associadas a episódios que pudessem envergonhar a memória do movimento. Isso, os militantes deveriam fazer mesmo que significasse perseguir outros corpos juvenis, aqueles considerados indisciplinados para os padrões dos corpos-militantes, e nas condições mais adversas, como na pri-

são, onde normalmente eles estavam sujeitos a toda sorte de humilhações, tortura e à própria morte, que visavam à aniquilação daquilo em que eles acreditavam. Nesta situação extrema, o silêncio, mais do que nunca era essencial para a luta contra a ditadura e para a manutenção de sua própria identidade militante, na medida em que delatar companheiros, além de colocar em risco a resistência, era a indicação instantânea de que sua missão pessoal fracassara, pois o individual acabava superando o coletivo.

A existência de *memórias envergonhadas* pela delação¹ acabaria maculando não só a identidade militante, mas os próprios símbolos do movimento estudantil de 68 e por isso deveriam ser evitadas. E caso ocorressem, tratadas com discrição. Assim, protegidas em memórias subterrâneas, as verdades sobre as ações estudantis só deveriam ser reveladas sob medidas de seguranças garantidas pelos próprios militantes ou quando elas encontrassem uma escuta ampliada por parte do conjunto da sociedade. 1968, portanto, não chegou até o presente como acontecimento, mas como resultado de um conjunto de práticas discursivas que tem nas figuras dos ex-militantes os seus principais artífices. De suas mãos, 1968 surgiu como uma renda permanentemente retrabalhada na qual as linhas, laços e nós, por mais coloridos, não são os únicos elementos que dão forma ao “desenho projetado, são justamente os buracos, os vazios, as ausências, que são responsáveis por fazer aparecer com nitidez o que se pretendia fazer” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2000: 123).

E a escuta tão almejada torna-se possível a partir da segunda metade dos anos setenta, com o início do processo de abertura política ocorrido no Brasil. Afinal, chegava o momento de os militantes dos anos sessenta romperem com o silêncio. E eles romperam: “Hoje, todos nós, sobreviventes da luta armada, saídos da prisão, chegados da prisão, chegados do exílio, renascidos do silêncio, sentimos bater no peito: A UNE SOMOS NÓS! ABAIXO A DITADURA!” (HOLLANDA, 1989: 81). O desabafo é de Inês Etienne e está identificado com o momento da recuperação do movimento estudantil que já vinha se insinuando desde 1977 e que em 1979 ganharia um reforço expressivo com a reorganização da UNE, desativada oito anos antes e com o vibrante clima de mobilização popular que, para muitos, parecia reviver os signos de 1968.

No contexto da “abertura” política então em curso no país, o ano de 1979 marcou fundamente a história do Brasil pelo que ocorreu de mobilização popular. Grandes greves em São Paulo, a agitação em torno da reconstrução da UNE, a luta pela anistia e o fim do AI-5, a reunião da SBPC em Fortaleza, a rebelião pela meia passagem em São Luís do Maranhão, tudo se dando sob o pano de fundo da vitória da Revolução Sandinista na Nicarágua, confirmam o clima reinante naqueles dias. A sensação que se tinha era de estar tomando a história nas próprias mãos e construindo das cinzas da ditadura um novo país. Não era pouca coisa sentir-se personagem desse histórico ano, que mais parecia a continuação de 1968, o ano que para os verdadeiros combatentes, como sugere Zuenir Ventura, ainda não tinha terminado [grifo meu] (NETO, 1994: 55).

Percebe-se na fala de um ex-militante de 1979 que os signos de 1968 são retomados para dar sentido àquilo que ele e seus contemporâneos estavam vivenciando uma década depois. Ele sugere ainda que enquanto houver o que ele classifica como “verdadeiros combaten-

1. Para uma análise mais detalhada sobre *memória envergonhada* ver VASCONCELOS (1998: 37).

tes”, definição que, pela lógica de seu texto, ele atribui aos corpos-militantes, 1968 continuará, como parece confirmar a realidade descrita, com empolgação, por ele. O seu entusiasmo, portanto, se justifica pela constatação de que em 1979 existiam também “verdadeiros combatentes” dispostos a dar continuidade a 1968, aparentemente considerado um modelo a seguir.

A constatação por sua vez é resultado de aproximações mais ou menos evidentes. As greves do ABC paulista poderiam ser relacionadas às greves de Osasco e Contagem, dois movimentos importantes ocorridos onze anos antes; a revolução sandinista, afinal, poderia ser para os estudantes de 79 o que foi a cubana para os de 68 e finalmente as manifestações de rua pareciam dar continuidade à rebeldia urbana silenciada pelo AI-5. Para Deleuze, estes tipos de aproximações podem ser explicados pelo fato de “reconhecemos as coisas sem jamais as conhecermos. Confundimos o significado do signo com o ser ou o objeto que ele designa” (DELEUZE, 2003: 26).

Os militantes do final dos anos setenta, no entanto, não foram os únicos a projetar 68 em 79. A imprensa também se utilizou deste recurso para fazer a cobertura do renascimento da UNE. No fragmento a seguir, retirado do exemplar da revista Istoé do dia nove de maio de 1979, a comparação é evidente. O movimento estudantil do momento é submetido a uma prática discursiva que, com o passar do tempo, se especializou em apontar as debilidades dos movimentos que tem na juventude os seus protagonistas após submetê-los a comparações com as jornadas de 68: “Nenhum estudante brasileiro tem, hoje, o prestígio que tiveram líderes como Luís Travassos, José Dirceu ou Vladimir Palmeira – as estrelas dos anos 60 [...] A inexistência de dirigentes no movimento estudantil atual é discutida com vistas à eleição da UNE”. (ISTOÉ, 1979, [s.n.], p. 33).

Assim, admirados por muitos, elogiados por setores da grande mídia e beneficiados com a Lei da Anistia, as “estrelas dos anos sessenta” são reintegradas à vida social legal trazendo na bagagem um enorme capital simbólico conquistado a partir das suas lutas contra o regime militar que então dava os seus últimos suspiros. Eles, então, começaram a colocar suas memórias em disputa com as dos militares.

E estas memórias brilharam na ocasião como brilha toda a memória que, por certo período, precisa ficar escondida até o instante em que pode se revelar, no “momento oportuno”, quando se transforma numa enciclopédia rica em experiências passadas e capaz de inventariar outras possíveis (CERTEAU, 1994: 158). A partir delas, as novas gerações poderiam compartilhar com os ex-militantes a sua crença nas virtualidades possíveis e garantir para si um aprendizado que desse sentido aos seus sonhos de engajamento político. Ou seja, os anos sessenta potencializaram o seu efeito pedagógico na constituição de uma linguagem juvenil, sinônimo de engajamento político, que até pouco tempo marcou profundamente o vocabulário dos estudantes engajados, mesmo que eles não pudessem celebrar estes símbolos nas ruas, em grandes passeatas, como os seus antecessores dos anos sessenta faziam. E foi em meio a esta disputa entre as memórias marginais e a oficial que se completou a abertura política brasileira que determinou o fim do autoritarismo militar que buscou disciplinar o país por duas décadas. No entanto, diferente do que isso pode parecer, essa “disputa” não significou uma nova luta entre oponentes que buscavam a eliminação física de seu adversário. Em nome da “coesão nacional”, acabou ocorrendo no Brasil um *enquadramento da memória*.

Enquadrar a memória implica fornecer um quadro de referências e de pontos de referência de modo que as recordações sobre o passado não coloquem em risco a “coesão dos

grupos e das instituições que compõem uma sociedade” (POLLAK, 1989: 9). Desta forma, era preciso, por um lado, esquecer os militares e suas práticas repressivas, para evitar o rancor e o revanchismo de suas vítimas que então, buscavam reunir os cacos de sua dignidade. E nisso os militares, com a ajuda de seus colaboradores civis, foram muito eficientes.

Uma vez que os acontecimentos não deveriam se inscrever na memória coletiva da sociedade, eles procuraram de várias formas processarem uma desacontecimentalização do passado, usando para isso a censura, a disseminação do medo, a eliminação física de adversários, até chegarem ao extremo de matar a própria morte (CARDOSO, 1999: 137) ao promover deliberadamente o desaparecimento dos corpos e de todos os indícios de que alguém tivesse sido assassinado pelos aparelhos repressivos da Ditadura.

O processo da abertura política brasileira acabou proporcionando também a garantia de que não haveria investigação ou julgamentos contra os aparelhos repressivos e dois pontos desse compromisso são bastante explícitos quanto às suas finalidades: “ficam anistiados, ampla e totalmente, os acusados de crimes ‘conexos aos crimes políticos’ (eufemismo para as torturas e outras violações dos direitos humanos)” e “é criado um procedimento pelo qual os parentes de ‘desaparecidos’ podem obter rapidamente uma ‘declaração de ausência’” (CARDOSO, 1999: 138).

Por outro lado, era preciso também enquadrar a memória relativa àqueles que se engajaram na luta contra a ditadura de modo que todo o movimento da oposição refletisse os anseios de uma sociedade que não estaria mais disposta a conviver com a intolerância e o autoritarismo seja lá de quem fosse, o que implicava, entre outras coisas, que a experiência dos estudantes que aderiram à luta armada, isto é, que pensavam o fim do capitalismo em nome de uma ditadura revolucionária, precisava ser revista, pois certamente não contaria com a simpatia da maioria.

Também existiu uma formação discursiva que tinha como objetivo escamotear qualquer tipo de comportamento estudantil que denunciasse intolerância, então, atribuída apenas aos militares. Neste sentido, Reis (2005) se surpreende com os discursos de ex-militantes que ressurgiram nos anos oitenta e noventa, como grandes admiradores de Caetano Veloso e Gilberto Gil e entusiastas das pequenas revoluções comportamentais ocorridas fora dos canais formais da política. “Não é essa memória que eu tenho, ao contrário. A grande maioria da militância de esquerda era muito resistente a questionamentos heterodoxos. No seio das organizações revolucionárias, isso era muito claro. Nós não permitíamos homossexualismo e drogas”. A repressão, afinal, não vinha exclusivamente de algum lugar fora do espectro militante. O autoritarismo estava na matriz formativa da cultura política no Brasil e era particularmente visível entre os setores engajados, independente de serem de direita, esquerda ou centro.

E, finalmente, o enquadramento da memória ocorrido também procurou apagar a própria cumplicidade da sociedade brasileira que em momentos decisivos, antes e depois do golpe, esteve ao lado dos militares e dos censores de modo geral. Uma sociedade que não só desejou a Ditadura Militar, como reproduziu “com naturalidade a repressão em escala micro, questionando e procurando fazer cessar os modelos de subjetividades alternativas ao modelo padrão” (CASTELO BRANCO, 2005: 94).

O resultado deste enquadramento foi a consolidação de um discurso que criou uma engenharia maniqueísta no interior da qual o nome “ditadura militar” passou a absolver todos os civis que participaram do golpe de 64 e que, efetivamente, colaboraram ano após ano com o

Estado militarizado. E esse discurso que empurrou a culpa por todos os males ocorridos entre 1964 e 1985 para os “militares”, encontrou nas celebrações a 1968 um importante dispositivo.

Para a grande maioria da sociedade, a ditadura e os ditadores foram demonizados. Em 1998, por ocasião das comemorações dos 30 anos do estranho ano de 1968, a sociedade brasileira, através da mídia e da academia, consagrou uma orientação de hostilidade à ditadura: celebrou os vencidos de então e condenou sem piedade os poderosos que mandavam e desmandavam no país. Sobre o período, de modo geral, a memória da sociedade tendeu a adquirir uma arquitetura simplificada: de um lado, a ditadura, um tempo de trevas, o predomínio da truculência, o reino da exceção, os chamados *anos de chumbo*. De outro, a *nova república*, livre, regida pela Lei, o reino da cidadania, a sociedade reencontrando-se com sua vocação democrática (REIS FILHO, 2000: 7-8).

Assim, no Brasil da redemocratização criou-se a convicção de que toda a sociedade civil resistiu à ditadura. Dessa forma, se por um lado, as memórias, até então marginais dos adversários do regime militar, não foram capazes de levar à punição ou pelo menos constranger os militares e seus colaboradores civis, que a partir de 1964 cometeram sucessivas violações dos direitos humanos, por outro, elas acabaram transfigurando estes sujeitos em encarnações vivas da resistência que naquele momento a grande maioria da sociedade civil, oportunamente, assumia como sua. E muitos deles haviam atuado politicamente em 1968, aquele radiante ano onde a memória coletiva depositava as mais expressivas reações civis contra a ditadura.

Ocorreu nesse momento a construção de uma memória mais compatível com o futuro democrático desejado para o Brasil. Selecionou-se, assim, aquilo que deveria ficar gravado e o que deveria ser esquecido. Desse processo, vai nascer uma conveniente identidade para a sociedade civil brasileira que se queria democrática, ou seja, a expressão de um povo vitimizado que teria como provar, graças a um conjunto de práticas contestatórias, convenientemente atribuídas a toda a sociedade civil, o seu inconformismo contra a ditadura e a sua disposição para a luta em favor da liberdade.

Os brasileiros, então, acabaram assumindo as grandes manifestações civis em repúdio à ditadura ocorridas em 1968 e especialmente as do movimento estudantil, como um passado glorioso, um verdadeiro álibi a confirmar sua resistência ao regime militar, na verdade limitada e muitas vezes questionável. É com este instante mágico e com seus signos de rebeldia e inconformismo que ela quer se identificar e não mais com o período em que conclamava a todos a sentir amor pelo Brasil e exigia o exílio para aqueles que não o fizessem.

Assim, percorrer o caminho que levou à “Nova República” exigia mais das pontas dos dedos para um tatear impreciso, do que da visão, tranquilizadora, mas impotente diante de uma escuridão bastante conveniente para muitos que desejavam a desorganização das lembranças relativas ao passado recente. E entre as poucas iniciativas dispostas a dissipar esta escuridão encontrava-se o exercício da memória-enciclopédia dos ex-militantes que, como boa parte deles asseguravam, sem revanchismo, mas disposta a relemburar os fatos, vítimas e algozes, acabou transformando uma realidade multifacetada, repleta de virtualidades e sujeitos fragmentados em uma simulação na qual os sujeitos, finalmente, ganhariam uma confortadora identidade e um passado organizado. Estas foram condições importantes para a familiarização do presente vivido na época.

E as lembranças destes ex-militantes – e de testemunhas solidárias – deram início a discursos a partir dos quais se estabeleceu uma prática discursiva sobre o movimento estudantil de 1968. Um discurso que retirou 1968 do fluxo temporal, desacontecimentalizando-o. Capturando as suas inúmeras virtualidades de modo a permitir a visibilidade de apenas algumas delas, justamente as daqueles que traziam de 68, uma identificação maior com as lutas estudantis do período e que souberam traduzir isso numa linguagem clara e atraente. E essa dizibilidade continua operando no sentido de manter a sua continuidade.

E é desta forma, em meio a esta permanente troca simbólica entre o presente e o passado que os signos de 68 vão se perpetuando no tempo e no espaço, ajudando a preservar uma imagem cristalizada do movimento estudantil daquele ano na memória coletiva da sociedade.

Uma consequência histórica desta situação é que todo movimento juvenil posterior, estudantil ou não, passaria a só encontrar significado como desdobramento das manifestações de 1968. Existiu até 2013 uma relativa incapacidade de se reconhecer nas manifestações juvenis contemporâneas que não tivessem filiação direta ao ME de 1968, algum valor. Era como se um passado ideal, distante e inatingível permanecesse constantemente nos assombrando, impedindo a emergência de novas experiências. Éramos capturados pelo poder hipnótico das origens.

1968, portanto, longe dos atributos impostos pelo discurso que o transformou num modelo natural e ideal para o movimento estudantil, não teria a capacidade de explicar ou ser a medida final para a história do ME. O 68 que se apresentava à posteridade nem sequer era a medida final para si próprio, pois não se apresenta completo. Ele é apenas parte do que foi por obra de uma formação discursiva que condicionou o múltiplo a ser uno. E vozes foram silenciadas neste processo.

O movimento estudantil observado em 1968, portanto, não possuía uma identidade fixa, ele foi um movimento em movimento, que aos poucos foi se constituindo a partir das representações que a sociedade, os militares e os próprios estudantes criavam para torná-lo inteligível, e da captura e sufocamento de outras virtualidades que não encontravam nas práticas militante-partidárias a sua possibilidade de realização. Assim, entender que ele se originou no dia 28 de março, com a comoção e revolta relacionadas à morte de Edson Luís no restaurante Calabouço, e que a partir daí ele foi sempre idêntico a si mesmo, é fazer reverência ao *mito das origens*, para o qual, este trabalho soa como um ruído.

Esse processo de constituição não se encerrou com o fim de 1968. Se o movimento estudantil daquele ano foi violentamente interrompido em sua dimensão pública pela repressão que se intensificaria após a decretação do AI-5, ele não desapareceu enquanto experiência, lembrança e referência política. Ao contrário, parte significativa de sua existência deslocou-se para outro território: o da memória. Os militantes que haviam experimentado as ruas, as assembleias, as manifestações, os enfrentamentos com a polícia, as prisões e as sucessivas derrotas impostas pela repressão passaram a carregar consigo uma experiência que já não podia ser publicamente enunciada nos mesmos termos. A derrota política de 1968, portanto, não significou necessariamente o desaparecimento de seus sentidos. Significou, antes, sua inscrição em uma temporalidade distinta, marcada pelo silêncio, pela clandestinidade e pela espera.

Submetidas à violência política instaurada e aprofundada pela ditadura, essas memórias precisaram encontrar espaços de sobrevivência. Algumas permaneceram restritas aos círculos familiares e às relações de confiança; outras foram preservadas entre antigos companheiros de

milîtância, em relatos fragmentários, correspondências, fotografias, documentos guardados e conversas nas quais a experiência passada era continuamente rememorada. Havia, nesse processo, uma espécie de suspensão da palavra pública. A memória dos militantes permanecia ativa, mas encontrava-se submetida às condições políticas de uma sociedade na qual a repressão procurava controlar não apenas as ações presentes, mas também as possibilidades de elaboração do passado.

É nesse sentido que se pode pensar em uma espécie de subterrâneo da memória. Não se trata de uma memória imóvel ou simplesmente preservada à espera de um futuro que lhe permitisse retornar intacta. Enquanto permanecia subterrânea, ela também era reelaborada. O tempo, as experiências posteriores, as derrotas, os exílios, as prisões, as transformações políticas e culturais e as novas formas de sociabilidade modificaram a maneira como aqueles sujeitos compreendiam a própria experiência de 1968. A memória, portanto, não guardava simplesmente o acontecimento: ela o reconstruía. Cada rememoração realizada posteriormente atribuía novos sentidos àquilo que havia sido vivido, fazendo de 1968 não apenas um passado a ser lembrado, mas uma experiência continuamente reinterpretada à luz do presente.

A abertura política alteraria significativamente as condições de circulação dessas lembranças. À medida que os mecanismos autoritários começaram a ser progressivamente questionados e novos espaços públicos de expressão foram conquistados, aquilo que durante anos permanecera restrito à esfera privada pôde voltar a adquirir visibilidade. As memórias dos antigos militantes encontraram, então, uma sociedade progressivamente mais disposta a escutá-las. A emergência dessa escuta foi resultado de uma transformação das próprias condições políticas de produção e circulação da memória. O que antes precisava ser silenciado ou cuidadosamente narrado pôde, gradativamente, tornar-se testemunho, narrativa, documento e argumento político.

É nesse momento que o movimento estudantil de 1968 parece saltar novamente das memórias de seus protagonistas. Mas o que retorna não é exatamente o mesmo movimento que havia ocupado as ruas duas décadas antes. Retorna uma experiência reelaborada pelo tempo e pelas circunstâncias históricas posteriores (LEONARDELLI, 2012). O 1968 rememorado durante a abertura é, simultaneamente, o acontecimento vivido e o acontecimento reconstruído pela memória. Por isso, sua reaparição não deve ser entendida como simples recuperação de um passado perdido, mas como uma atualização: os sentidos atribuídos à experiência estudantil são mobilizados a partir das necessidades e disputas do presente.

Essa atualização conferiu ao movimento estudantil de 1968 uma nova dimensão política. Aquilo que havia sido derrotado pela repressão podia agora ser apresentado como parte de uma tradição de resistência ao autoritarismo. As manifestações, as ocupações, as passeatas, os enfrentamentos e as reivindicações estudantis deixavam de constituir apenas episódios de contestação juvenil e passavam a integrar uma narrativa mais ampla sobre a luta pela democracia. A memória de 1968 adquiria, assim, uma função política no presente: ajudava a estabelecer vínculos entre diferentes gerações de opositores da ditadura e oferecia ao processo de abertura referências, experiências e repertórios de ação acumulados em outro momento histórico.

É justamente nessa passagem que a memória deixa de ser apenas um lugar de conservação do passado para tornar-se espaço de disputa pelo futuro. Ao serem novamente narradas, as experiências de 1968 participavam da definição daquilo que deveria ser lembrado, reconhecido e incorporado à história da redemocratização brasileira. Os antigos militantes não retorna-

vam simplesmente para contar o que havia acontecido; ao contar, também reivindicavam um lugar para sua experiência na construção da democracia que então se anunciava. O passado estudantil era, desse modo, convocado a intervir no presente.

Pode-se dizer, portanto, que entre 1968 e a abertura política existe longa continuidade subterrânea. O AI-5 interrompeu a presença pública de determinadas formas de mobilização, mas não conseguiu eliminar completamente as experiências e os sentidos produzidos naquele ano. Estes sobreviveram nos sujeitos que os vivenciaram, foram transformados pela passagem do tempo e reapareceram quando as condições históricas permitiram sua circulação pública. Ao saltar das memórias para o espaço público, 1968 reapareceu como experiência atualizada, já não apenas como o ano das grandes manifestações estudantis, mas como uma referência capaz de interrogar o presente e de participar da elaboração das possibilidades de democratização do Brasil.

Seu término cronológico não correspondeu ao encerramento de seus efeitos. O movimento estudantil continuou existindo como experiência rememorada, como identidade compartilhada e como repertório político, ainda que durante anos em condições de silêncio e retraimento. Quando a sociedade brasileira voltou a oferecer espaços de escuta, essas memórias encontraram novas possibilidades de expressão e transformaram-se novamente em discurso político. O que emergiu dos subterrâneos da memória não foi, portanto, simplesmente o passado: foi um passado reatualizado pelas demandas da abertura, capaz de oferecer novas linguagens para pensar a democracia e de reivindicar para aqueles que haviam lutado em 1968 um lugar na história da redemocratização brasileira.

E foi assim que se completou a sutura que definiu os contornos daquilo que se consagrou como movimento estudantil de 68: um monumento imagético-discursivo que, extrapolando seus limites, insinuou-se como a medida final para a categoria “movimento estudantil” e para a própria vivência política da juventude brasileira até 2013, pois ao que tudo indica, ao longo dos últimos treze anos, o “ano que não terminava” terminou.

Sobretudo após o impeachment de Dilma Rousseff, o que se percebe é que 1968 começou a perder a sua “unanimidade”. E é provável que isso tenha ocorrido por três razões: pelo pragmatismo político dos governos petistas de Lula e Dilma, que se contrapôs a “política do impossível”; por disputas políticas que repercutiram nos combates pela memória e porque a sociedade brasileira não precisa mais de um álibi.

Uma das marcas da juventude rebelde dos anos sessenta era que ela parecia acreditar numa “política do impossível”, como demonstram alguns slogans políticos da época, que se tornaram lendários: “é proibido proibir”, “a imaginação no poder”, “sejam realistas, exijam o impossível”. Quando chegaram ao poder, com a vitória de Lula em 2002, muitos ex-militantes de 1968 que passaram a frequentar o Palácio do Planalto, no entanto, deixaram de lado suas antigas proclamações e aderiram ao que poderia ser considerada uma política pragmática, o que pode explicar um certo desencanto com o legado de 68.

Além disso, a própria presença desses ex-militantes no topo da política nacional também pode explicar porque as jornadas de 1968 perderam parte da visibilidade que possuíam antes. Uma coisa era interessar-se e dar espaço midiático para José Dirceu e para seus ex-companheiros de movimento estudantil, antes que esses sujeitos se tornassem poderosos politicamente, outra coisa, bem diferente, era tratá-los como políticos do alto escalão de um governo federal, sobretudo quando este governo se vê em rota de colisão com a grande mídia do país.

Longe da visibilidade do passado, o que ocorreu foi uma campanha sistemática para a destruição simbólica desses sujeitos e daquilo que representaram no passado.

Por fim, é possível afirmar que as memórias de 1968 perderam vigor na medida em que grande parte da sociedade brasileira, nos últimos anos, decidiu não mais esconder a sua simpatia pelo regime militar iniciado em 1964. Se durante a redemocratização, ela precisou de um álibi para provar que não houve apoio aos militares, ultimamente ela tem assumido abertamente essa simpatia. A resistência ocorrida em 1968 contra a ditadura não significa nada para os milhões de brasileiros responsáveis pela atual onda conservadora que sacode o Brasil.

1968, o ano que não terminava, por essas razões e porque as grandes jornadas de 2013 parecem agora rivalizar com o seu significado, parece ter terminado. Fica o tema para futuras pesquisas.

FONTES

REVISTAS E SITES

ISTOÉ. São Paulo – 1979 e 2005 – Revista Semanal/ Circulação Nacional.

REIS, Daniel Aarão. *Depoimento concedido a www.mme.org.br*. Jul. 2005.

BIBLIOGRAFIA

1. ARTIGOS DE JORNAIS E REVISTAS

NETO, Fonseca. Movimento estudantil no Piauí anos 70. *Cadernos de Teresina*, Teresina: FCMC, nº 18, p. 50-56, 1994.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

2. LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. Um leque que respira: a questão do objeto em história. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme (Org.) *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: Nau, 2000, p. 117-137.

CARDOSO, Irene. Há uma herança de 1968 no Brasil? In: *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/ França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 135-142.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. *Todos os dias de Paupéria: Torquato Neto e a invenção da Tropicália*. São Paulo: Annablume, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 9. ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Tradução de Antônio Piquet e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LEONARDELLI, Patricia. *A memória como recriação do vivido*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2012.

MARC, Jean. 1968: a memória expropriada. In: SOUZA, Daniel; CHAVES, Gilmar (org.). *Nossa paixão era inventar um novo tempo*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1999, p. 99-107.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

TAVARES, Flávio. O golpe de 1964, início de 1968. In: *Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/França/ Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 95-103.

VASCONCELOS, José Gerardo. *Memórias do silêncio: militantes de esquerda no Brasil autoritário*. Fortaleza: EUFC, 1998.

VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. 20. ed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.